



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número / XI (.ª)

PERGUNTA Número 724/ XI (1 .ª)

Assembleia da República Gabinete do Presidente	Expeça-se
N.º de Entrada 337784	Publique-se
Classificação	22 / 12 / 09
05 / 05 / 02 / / /	Secretário da Mesa
Data 09 / 12 / 21	

Assunto: Situação dos trabalhadores do bingo do Brasília (Porto)

Destinatário: Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

*Por determinação do S.E.X.P.A.R. -
Sra. Secretária da Mesa*

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

09.12.21

No passado mês de Agosto, o Grupo Parlamentar do PCP questionou o Ministério da Economia e Inovação sobre que medidas iria tomar para salvaguardar os postos de trabalho dos trabalhadores do Bingo sito no centro comercial Brasília na cidade do Porto.

Na altura, a empresa que gere aquela sala anunciava que iria encerrar aquela sala de jogo, o que levaria ao despedimento daqueles trabalhadores.

A razão que levava a empresa a ameaçar com o despedimento prendia-se com o facto de a concessão daquela sala de jogo ter a sua licença expirada.

Na altura, a luta dos trabalhadores foi fundamental para que o anterior Governo emitisse o despacho n.º 187-XVII/2009/SET do Ministério da Economia e da Inovação que determinou, com o objectivo de manter os postos de trabalho, o funcionamento da sala até 31 de Dezembro de 2009.

Ora, este despacho tinha também como objectivo permitir que no decurso desse tempo se realizasse um novo concurso público para a concessão desta sala de jogo.

Tal concurso não decorreu, não obstante desde 7 de Setembro os trabalhadores, através do seu sindicato, terem insistido na sua realização, o que leva a que hoje os trabalhadores do Bingo do Brasília estejam, novamente, sob ameaça de desemprego.

Importa lembrar que estão em causa 42 postos de trabalho e muitos destes trabalhadores já têm mais de 20 anos de trabalho nesta sala e dificilmente encontram



emprego no mercado de trabalho, deixando-os numa situação social preocupante.

Importa também referir que hoje aquela sala de Bingo movimenta cerca de 7 mil euros diários. Estes bons resultados decorrem da acção dos próprios trabalhadores que promoveram a sala e angariaram clientes.

Assim, é urgente que se prorrogue o prazo do despacho acima referido permitindo o funcionamento da sala até que se atribua uma nova concessão após a realização do respectivo concurso público.

Por fim, foi transmitido a Grupo Parlamentar do PCP que há interessados na exploração da sala e que a própria empresa, que agora explora a sala, manifestou que mantinha a sala em funcionamento se for prorrogado o prazo do anterior despacho.

Assim ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e nos termos e para os efeitos do 229º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao **Ministério da Economia e da Inovação** o seguinte:

1.º Por que razão não se realizou o novo concurso para a concessão desta sala de jogo?

2.º Vai este Ministério prorrogar o prazo de funcionamento desta sala até a realização do concurso?

3.º Que medidas vai este Ministério tomar para salvaguardar os postos de trabalho e os direitos destes trabalhadores?

Palácio de São Bento, 21 de Dezembro de 2009

O Deputado:

Jorge Machado